

Parecer nº02/2018/CTIL/CNRH/MMA

Assunto: Proposta de renovação da composição das Câmaras Técnicas: CTIL, CTPNRH, CTEM e CTCOB.

1. Histórico

1.1. Em 03 de abril de 2018, foi encaminhado aos Conselheiros do CNRH o Ofício Circular nº 267-MMA informando que os mandatos da atual composição das Câmaras Técnicas de Assuntos Legais e Institucionais (CTIL), do Plano Nacional de Recursos Hídricos (CTPNRH), de Educação, Capacitação, Mobilização Social e Informação em Recursos Hídricos (CTEM) e de Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos (CTCOB), venceriam em junho e julho de 2018, conforme Resolução CNRH nº 177/2016, que estabeleceu o mandato dessas Câmaras Técnicas.

1.2. Nesse sentido, foi solicitada a manifestação formal, via e-mail, até o dia 27 de abril, sobre o interesse dos segmentos em participar da composição do próximo mandato 2018/2020 das referidas câmaras técnicas.

1.3. Nos termos dos artigos 23 e 26 do Regimento Interno do CNRH, os pleitos foram analisados pela Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais - CTIL, em sua 144ª Reunião, realizada nos dias 23 e 24 de maio corrente.

2. Análise

2.1. Quanto à proposta de renovação da composição da CTIL, CTPNRH, CTEM e CTCOB, foi apresentada aos membros da CTIL a tabela com a compilação das manifestações de interesse dos segmentos. A exceção da CTEM, as demais câmaras técnicas receberam além do limite das 17 vagas previstas no Regimento Interno do CNRH, conforme quadro abaixo.

Câmara Técnica	CTIL	CTPNRH	CTEM	CTCOB
Manifestações	21	23	16	24

2.2. Para proceder à escolha dos segmentos foram utilizados os critérios previstos no regimento interno, artigo 26, a saber:

Art. 26. Na composição das Câmaras Técnicas deverão ser consideradas:

- I - a participação dos segmentos listados nos incisos do art. 34, da Lei nº 9.433, de 1997;
- II - a finalidade das instituições ou setores representados;
- III - a formação técnica ou notória atuação dos representantes na área de recursos hídricos;
- IV - a pertinência da representação com as competências da Câmara Técnica;
- V - a frequência em mandatos anteriores;

VI - a participação no conjunto das câmaras técnicas, visando à diversidade nas representações.

2.3. Cabe ressaltar que dois segmentos mandaram manifestações fora do prazo, a saber: Organização não Governamental, representada pelo Fonasc, e o Conselho Estadual de Recursos Hídricos da Paraíba/Bahia. A CTIL entendeu que caberia ao plenário do CNRH definir sobre o pleito destas instituições.

2.4. Durante a análise, as substituições ocorreram, de modo geral, onde abriu vagas por motivo de exclusão por faltas, de acordo com o art. 32 do Regimento Interno, ou por não ter tido manifestação do segmento que ocupava a vaga no mandato atual. Para a definição das suplências se tentou observar, quando possível, qual segmento poderia trazer maior contribuição à câmara, tendo em vistas os temas tratados. Sendo considerado, também, o equilíbrio das representações, a data de envio das manifestações, dentre outros critérios estabelecidos no artigo 26 do regimento interno.

2.5. Do mandato em vigência, não manifestaram interesse na CTIL, dois do governo federal, Ministério dos Transportes e Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, e um Usuário, Irrigantes-IRGA. A sugestão foi de que as vagas permanecessem nos mesmos segmentos, ou seja, governo federal e usuários. Havendo concordância, propôs-se que fossem atendidos os pleitos do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão e Ministério da Defesa. A última vaga ficou com as Concessionárias e Autorizadas de Geração Hidrelétrica. Quanto as suplências, ordenou-se da seguinte forma: Secretaria Especial das Mulheres; Consórcios e Associações Intermunicipais; Organizações não Governamentais e Organizações de Ensino e Pesquisa.

2.6. Em relação a CTPNRH, foi informado que o Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Distrito Federal/Paraná teve três faltas consecutivas. De acordo, com o art. 32, do regimento interno, a ausência de membros de Câmara Técnica por três reuniões consecutivas, ou por seis alternadas, no decorrer de um mandato, implicará na exclusão da instituição por ele representada. Observando as manifestações, entendeu-se que a vaga deveria ficar com os Comitês de Bacia, pela pertinência da representação com as competências da Câmara Técnica. Ficaram como suplentes, nesta ordem: Concessionárias e Autorizadas de Geração Hidrelétrica; Consórcios e Associações Intermunicipais, CERH Pará/Rondônia/Amazonas, Secretaria Especial das Mulheres; Organizações Não Governamentais e CERH Distrito Federal e Paraná.

2.7. No caso da CTEM, sobrou uma vaga que deverá ser preenchida na plenária.

2.8. Na CTCOB, surgiu uma vaga que era anteriormente ocupada pelo MAPA. A CTIL decidiu por consenso atender a solicitação do Conselho Estadual do Ceará, que possui representação conjunta no CNRH com os Conselhos do Maranhão e Piauí. A escolha por esta representação se deu pela experiência diferenciada que o Ceará tem com a cobrança de recursos hídricos, podendo contribuir para as discussões na câmara técnica. Ficaram como suplentes, nesta ordem: Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão; Concessionárias e Autorizadas de Geração Hidrelétrica; CERH Distrito Federal/Paraná;



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS
CÂMARA TÉCNICA DE ASSUNTOS LEGAIS E INSTITUCIONAIS

Organizações Técnicas e de Ensino e Pesquisa; Organizações Não Governamentais, CERH Pará/Rondônia/Amazonas e Secretaria Especial das Mulheres.

3. Conclusão

3.1. Desta forma, considerando a manifestação expressa dos segmentos integrantes do CNRH interessados em participar das Câmaras Técnicas supracitadas e a análise procedida pela Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais, submete-se a planilha consolidada para deliberação dos Conselheiros do CNRH. A Resolução será elaborada após os encaminhamentos da reunião plenária.

Este é o parecer.

Em, 28 de maio de 2018.

ADRIANA LUSTOSA DA COSTA
Presidente da CTIL